ção-Geral dos Impostos Américo Lino Vinhais no cargo de director de finanças-adjunto da Direcção de Finanças de Lisboa.

– A presente nomeação produz efeitos a partir de 1 de Fevereiro de 2006, pelo período de três anos, renovável por iguais períodos de tempo.

24 de Janeiro de 2006. — O Director-Geral, Paulo Moita de Macedo.

Américo Lino Vinhais

Experiência profissional

1967-1972 — empregado de escritório da Porto Editora, no Porto. 1972-1973 — escriturário-dactilógrafo de 1.ª classe do 4.º Cartório Notarial do Porto.

1973-1974 - aspirante provisório na Repartição de Finanças do concelho de Águeda.

1974-1975 — aspirante na Repartição de Finanças de Albergaria--a-Velha.

1975-1997 — neste período esteve sempre colocado na Repartição de Finanças do concelho de Águeda, onde teve as seguintes categorias e cargos:

1975-1980 — aspirante de finanças;

1981-1985 — técnico verificador tributário; 1985-1991 — adjunto do chefe da Repartição, tendo tido a seu cargo a Secção da Justiça Tributária;

1991-1997 — chefe da repartição (1.ª classe);

1997-2006 — colocado na Direcção de Finanças do Porto, onde exerceu funções na área da justiça tributária, inicialmente como chefe da Equipa da Gestão da Dívida Executiva e posteriormente como chefe da Divisão de Gestão da Dívida Executiva.

Formação académica e profissional

Curso geral dos liceus.

Curso de contabilidade geral, ministrado pela Direcção de Serviços de Formação Profissional do então Ministério do Trabalho.

Curso de fiscalidade, ministrado pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional através do Centro de Formação Profissional para o Sector Terciário, tutelado então pelo Ministério do Trabalho e da Segurança Social.

Frequentou vários cursos no âmbito das ciências humanas e de gestão. Tem ministrado várias acções de formação no âmbito do CPPT e LGT, algumas delas externamente.

Despacho n.º 3810/2006 (2.ª série). — 1 — A Direcção-Geral dos Impostos publicitou, na bolsa de emprego público e no *Diário de Notícias* de 3 de Março de 2005, o procedimento destinado à selecção do titular do cargo de chefe da Divisão de Inspecção III da Direcção de Finanças de Lisboa, ao qual compete desenvolver as actividades previstas no n.º 4 do artigo 36.º da Portaria n.º 257/2005, de 16 de

2 — De acordo com o n.º 4 do artigo 37.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, este procedimento encontra-se válido, devendo prosseguir os seus termos ao abrigo da legislação em vigor à data da

sua abertura.

3 — O n.º 8 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção conferida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, preventa de la companya de la c que «os titulares dos cargos de direcção intermédia são providos por despacho do dirigente máximo do serviço ou organismo».

 De acordo com o n.º 2 do mesmo artigo, na redacção primitiva aplicável a este procedimento, «a escolha deverá recair no candidato que em sede de apreciação das candidaturas melhor correspondente ao perfil pretendido para prosseguir as atribuições e objectivos do serviço».

5 — Analisadas as 20 candidaturas apresentadas, verifica-se que a candidata licenciada Noémia Maria Nunes de Carvalho Pinho cumpre os requisitos obrigatórios e anunciados e possui experiência e formação relacionadas com as actividades a desenvolver, revelando experiência em cargos de direcção intermédia, especificamente na área do cargo a prover, que melhor se adequa às atribuições acima referidas e aos objectivos fixados.

6 — Ao abrigo das disposições conjugadas do artigo 20.º e do n.º 8 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, ouvido o conselho de administração fiscal, nomeio, em comissão de serviço, a inspectora tributária principal do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Impostos licenciada Noémia Maria Nunes de Carvalho Pinho no cargo de chefe da Divisão de Inspecção III da Direcção de Finanças de Lisboa.

7 — A presente nomeação produz efeitos a partir de 1 de Fevereiro de 2006, pelo período de três anos, renovável por iguais períodos de tempo.

24 de Janeiro de 2006. — O Director-Geral, Paulo Moita de Macedo.

Curriculum vitae

1 — Dados pessoais:

Nome — Noémia Maria Nunes de Carvalho Pinho; Data de nascimento — 11 de Outubro de 1953; Naturalidade — Lisboa; Estado civil — casada: Categoria profissional — inspectora assessora.

2 — Habilitações académicas:

Curso de contabilidade ministrado no Instituto Comercial de Lisboa, concluído em 1975, com a média final de 14 valores; Licenciatura em Controlo Financeiro, concluída em 1993, com a média final de 13 valores.

3 — Actividades desenvolvidas e funções desempenhadas:

3.1 — No âmbito da DGCI:

No Departamento de Fiscalização da Direcção Distrital de Finanças de Lisboa, exerceu funções de fiscalização interna e externa (Maio de 1977 a Março de 1986);

Nos Serviços de Administração do IVA, na Direcção de Serviços de Controlo e Fiscalização das Grandes Empresas, exerceu funções de chefe de equipa, responsável pela coordenação de fiscalizações a grandes empresas (Março de 1986 a Agosto de 1994);

Nos Serviços de Inspecção Tributária da Direcção Distrital de Finanças de Lisboa, exerceu funções de chefe de equipa de fiscalização geral (Setembro de 1994 a Setembro de 1998);

Na Direcção de Finanças de Évora, na qualidade de supervisora tributária, exerceu funções na dependência directa do director de finanças (Outubro de 1998 a Maio de 1999);

Formação sobre o regime complementar dos procedimentos da inspecção tributária e sobre a problemática da auditoria tributária versus métodos indirectos (1999);

Na 2.ª Direcção de Finanças de Lisboa, foi chefe da Equipa de Inspecção Geral (Maio de 1999 a Dezembro de 2000);

Na Administração Geral Tributária, foi coordenadora do Serviço de Auditoria, tendo dirigido várias equipas de trabalho, sendo responsável, nomeadamente, pelas auditorias às direcções de finanças (desde Janeiro de 2001);

No Gabinete de Auditoria Interna, foi responsável por várias equipas de trabalho, na qualidade de coordenadora de auditoria (desde Fevereiro de 2003).

3.2 — No ensino e formação:

Na Escola Secundária dos Anjos, foi professora no ano lectivo de 1975-1976:

No âmbito da cooperação com os PALOP, ministrou formação em fiscalidade, direito comercial e verificação de contas na Direcção de Finanças da República de Cabo Verde (1985).

Despacho n.º 3811/2006 (2.ª série). — 1 — A Direcção-Geral dos Impostos publicitou, na bolsa de emprego público e no Diário de Notícias de 3 de Março de 2005, o procedimento destinado à selecção do titular do cargo de chefe da Divisão de Inspecção II da Direcção de Finanças de Lisboa, ao qual compete desenvolver as actividades previstas no n.º 4 do artigo 36.º da Portaria n.º 257/2005, de 16 de Março.

- De acordo com o n.º 4 do artigo 37.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, este procedimento encontra-se válido, devendo prosseguir os seus termos ao abrigo da legislação em vigor à data da sua abertura.

3 — O n.º 8 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção conferida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, prevê que «os titulares dos cargos de direcção intermédia são providos por despacho do dirigente máximo do serviço ou organismo».

4 — De acordo com o n.º 2 do mesmo artigo, na redacção primitiva aplicável a este procedimento, «a escolha deverá recair no candidato que em sede de apreciação das candidaturas melhor correspondente ao perfil pretendido para prosseguir as atribuições e objectivos do serviço».

- Analisadas as 20 candidaturas apresentadas, verifica-se que o candidato licenciado João de Jesus Ribeiro Lages cumpre os requisitos obrigatórios e anunciados e possui experiência e formação relacionadas com as actividades a desenvolver, revelando experiência em cargos de direcção intermédia, especificamente na área do cargo a prover, que melhor se adequa às atribuições acima referidas e aos objectivos fixados.

6 — Ao abrigo das disposições conjugadas do artigo 20.º e do n.º 8 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, ouvido o conselho de administração fiscal, nomeio, em comissão de serviço, o inspector

tributário assessor principal do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Impostos licenciado João de Jesus Ribeiro Lages no cargo de chefe da Divisão de Inspecção II da Direcção de Finanças de Lisboa.

7 — A presente nomeação produz efeitos a partir de 1 de Fevereiro de 2006, pelo período de três anos, renovável por iguais períodos de tempo.

24 de Janeiro de 2006. — O Director-Geral, Paulo Moita Macedo.

Elementos de identificação

Nome — João de Jesus Ribeiro Lages. Admissão na DGI — 2 de Maio de 1977. Antiguidade — 28 anos. Categoria — inspector tributário assessor principal.

Currículo académico

Licenciatura em Auditoria, concluída no Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa, no ano lectivo de 1994-1995.

Currículo científico

Nomeação ministerial, no ano de 2001, para membro da comissão de acompanhamento das dívidas fiscais do clubes de futebol. Nomeação como vogal efectivo para concurso de acesso à categoria de inspector tributário principal do quadro da Direcção-Geral dos Impostos (Diário da República, 2.ª série, n.º 266, de 17 de Novembro

Monitoragem de cursos de formação na área de fiscalidade e auditoria tributária para concursos internos da DGCL e na área de obrigações fiscais — declaração modelo n.º 22 e declarações anuais resultantes da lei orçamental do ano de 2000, conforme solicitação à DGCI pela entidade APELA — Associação Portuguesa de Empresas de Contabilidade e Auditoria.

Currículo de formação contínua

Participante no curso SAD — seminários de alta direcção.

Participante no intercâmbio Fiscalis, em França.

Participante no seminário internacional Fiscalis, em Amesterdão. Participante na Conferência Internacional de Administrações Tributárias — CIAT, realizada na cidade do Porto (1999) e na cidade de Lisboa (2003).

Currículo profissional

Nos anos de 1997 a 2006, chefe de divisão da Inspecção Tributária da Direcção de Finanças de Lisboa.

Anos de 1989 a 1997, chefe de equipa da área da inspecção tributária — funções exercidas nos Serviços Centrais do SIVA. Direcção Distrital de Finanças de Leiria e Direcção de Finanças de Lisboa. Chefe da Equipa de Ápoio Técnico (Planeamento).

Chefe da Equipa de Acções Especiais.

Chefe da Equipa de Reembolsos de IVA.

Chefe da Equipa de Inspecção Tributária.

Coordenação geral da 1.ª acção de inspecção de nível central sobre sinais exteriores de riqueza — designada «Mirage».

Nomeado delegado da Fazenda Pública, na qualidade de presidente

das comissões de revisão — nos termos do artigo 34.º do CPT (código anterior).

Ano de 1977 — ingresso na Direcção-Geral de Impostos, na categoria de inspector tributário estagiário.

Anos de 1982 a 1991 — inspector tributário dos níveis 1 e 2. Anos de 1991 a 2003 — inspector tributário principal.

Ano de 2003 — inspector tributário assessor principal.

Despacho n.º 3812/2006 (2.ª série). — 1 — A Direcção-Geral dos Impostos publicitou, na bolsa de emprego público e no Diário de Noticias, de 3 de Março de 2005, o procedimento destinado à selecção do titular do cargo de chefe de divisão de Inspecção I da Direcção de Finanças de Lisboa, ao qual compete desenvolver as actividades previstas no n.º 4 do artigo 36.º da Portaria n.º 257/2005, de 16 de Março.

2 — De acordo com o n.º 4 do artigo 37.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, este procedimento encontra-se válido, devendo prosseguir os seus termos ao abrigo da legislação em vigor à data da

sua abertura.

3 — O n.º 8 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção conferida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, prevê que «os titulares dos cargos de direcção intermédia são providos por

despacho do dirigente máximo do serviço ou organismo».

4 — De acordo com o n.º 2 do mesmo artigo, na redacção primitiva aplicável a este procedimento, «a escolha deverá recair no candidato que em sede de apreciação das candidaturas melhor correspondente ao perfil pretendido para prosseguir as atribuições e objectivos do

serviço».
5 — Analisadas as 20 candidaturas apresentadas, verifica-se que a candidata licenciada Maria João Paiva Barreto Nunes Batista, cujo curriculum vitae se publica em anexo, cumpre os requisitos obrigatórios e anunciados e possui experiência e formação relacionadas com as actividades a desenvolver, revelando experiência em cargos de direcção intermédia, especificamente na área do cargo a prover, que melhor se adequa às atribuições acima referidas e aos objectivos fixados.

6 — Ao abrigo das disposições conjugadas do artigo 20.º e do n.º 8 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, ouvido o conselho de administração fiscal, nomeio, em comissão de serviço, a inspectora tributária principal do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Impostos licenciada Maria João Paiva Barreto Nunes Batista para o cargo de chefe de divisão de Inspecção I da Direcção de Finanças de Lisboa.

7 — A presente nomeação produz efeitos a partir de 1 de Fevereiro de 2006, pelo período de três anos, renovável por iguais períodos de tempo.

24 de Janeiro de 2006. — O Director-Geral, Paulo Moita de Macedo.

Curriculum vitae

1 — Dados pessoais:

Nome — Maria João Paiva Barreto Nunes Batista; Naturalidade — Chamusca; Data de nascimento — 23 de Dezembro de 1960.

2 — Habilitações literárias:

Licenciatura em Administração e Gestão de Empresas, Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Por-

Pós-graduação em Gestão Fiscal, OVERGEST/ISCTE.

3 — Experiência profissional:

Funcionária da Direcção-Geral dos Impostos desde 12 de Dezembro de 1986:

Colocada na Direcção de Finanças de Santarém, exerceu funções de inspectora tributária e, de 1985 a 2005, de coordenadora de equipa operacional da inspecção tributária, com a seguinte progressão na carreira:

Técnica verificadora tributária — 12 de Dezembro de 1986; Perita de fiscalização tributária de 2.ª classe — 29 de Outubro de 1988:

Técnica economista de 2.ª classe — 6 de Julho de 1990; Técnica economista de 1.ª classe — 8 de Junho de 1998; Inspectora tributária de nível 2 — 12 de Julho de 2000; Inspectora tributária principal — 30 de Novembro de 2004;

Exerceu igualmente funções de vogal de comissões de revisão previstas no artigo 84.º do Código de Processo Tributário, desde 1990, e, posteriormente, de perita da administração tributária nas reuniões previstas no artigo 91.º da lei geral tributária:

Desde 23 de Agosto de 2005, colocada na Direcção de Finanças de Lisboa, por transferência, onde exerce funções de coordenação de equipa da análise prévia na área da inspecção tributária.

4 — Outra experiência profissional:

Formadora da bolsa de formadores da DGCI na área dos impostos sobre o rendimento:

Professora de Fiscalidade na Escola Superior de Gestão de Santarém (em acumulação de funções).

5 — Formação profissional:

Diversos cursos de formação profissional sobre fiscalidade, contabilidade, formação de formadores e de liderança promovidos pela DGCI:

Vários seminários sobre a reforma da tributação do património; Seminário de alta direcção do Instituto Nacional da Administração.

Despacho n.º 3813/2006 (2.ª série). — 1 — A Direcção-Geral dos Impostos publicitou, na bolsa de emprego público e no *Diário de Notícias* de 3 de Março de 2005, o procedimento destinado à selecção do titular do cargo de chefe da Divisão de Liquidação dos Impostos sobre o Rendimento e Despesa da Direcção de Finanças de Lisboa,